



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	CAMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA Data <u>22/03/19</u> Hora <u>8h40</u> <i>Eliane A. Souza</i> Assessora de Apoio Legislativo Diretoria Legislativa CVMV-RO	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	P. 045

AUTORA: Sub Tenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5591, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências.

LEI

Art. 1º Esta Lei proíbe a inauguração a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Paragrafo único, para fins desta Lei consideram-se:

I. obras públicas: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a estes, e qualquer obra nova, de reforma de ampliação ou de aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente com o dinheiro publico;

II. obras públicas incompletas: aquelas que não estejam aptas ao imediato funcionamento por não preencherem todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União, mesmo que por falta de emissões de autorizações, licenças ou alvarás;

III. obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que embora incompletas exista algum fator que impeça a sua entrega ou seu uso pela população, como falta de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, de materiais de expediente, de equipamentos afins, ou situações similares.

Art. 2º Aos agentes políticos ou servidores públicos fica proibido realizar qualquer ato para a inauguração e a entrega de obras publicas custeadas, ainda que em parte, com recursos públicos, que estejam incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, seja por falta de quadro de servidores habilitados para atuarem na

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

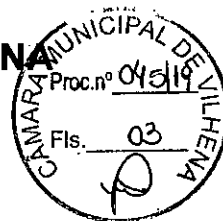
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



respectiva área de materiais de expediente e/ ou de equipamentos afins ou situações similares.

Art. 3º O descumprimento das disposições desta lei pelo agente político constitui crime de responsabilidade, nos termos do art. 85, inciso V, da Constituição Federal, e da Lei nº1.079, de 10 de abril de 1950.

Art.4º O art. 11 da Lei nº8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo.

— "Art."11.....

IX – "inaugurar obra incompleta que não esteja apta ao pronto funcionamento, ainda que por ausência de alvarás ou autorizações do Poder Público."(NR)

— Art.5º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

— Art.6º fica revogada a Lei 3.833/2014.

Câmara de Vereadores, em 20 de março de 2019.

Vereador Sub Tenente Suchi

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

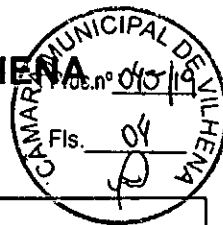
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei ora apresentado está alicerçado em dois princípios constitucionais primordiais para Administração pública: moralidade e impessoalidade. A proposição tem por finalidade evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visam a sua promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos. Infelizmente, conforme noticiado com frequência na mídia e apurado pelos Tribunais de Contas, em todo o país, há inúmeras obras que após as cerimônias festivas ou solenes para sua "inauguração", não atendem às condições mínimas de serem implantadas ou mesmo não cumprem com as finalidades par as quais foram realizadas.

Diante disso torna-se necessário o estabelecimento de regras que proíbam a inauguração de obras públicas que não estejam devidamente completas ou que atendam ao fim a que se destinam. Nesse sentido, essa Proposição coíbe o mau uso da verba pública, permitindo a inauguração somente de obras completas, que realmente possam ser imediatamente usufruídas pela sociedade.

Assim, para garantir o direito do cidadão e preservar o erário, o projeto cria responsabilidade para os agentes políticos no trato com o dinheiro público, bem como inclui novo tipo na Lei de Improbidade Administrativa, responsabilizando também os servidores públicos no caso de malversação de recursos para fins eleitorais.

O Projeto, portanto, inova a legislação pátria para garantir que as obras públicas sejam concluídas com qualidade, sem pressa para serem inauguradas em razão de calendário eleitoral ou de algum outro interesse além do público e assim atendam as necessidades reais da população.

Diante de todo o exposto, peço a todos meus colegas de parlamento que será de grande valia para o município de Vilhena.

Câmara de Vereadores, em 20 de março de 2019.

Suchi
Vereador

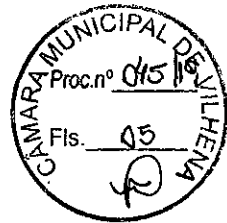
VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO

Verlag
Zürcher



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito



LEI Nº 3.833/2014

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE
INAUGURAÇÃO DE OBRAS E
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
INACABADOS OU QUE NÃO ATENDA
AOS FINS A QUE SE DESTINAM.

**AUTORIA: Vereadora Maria José da
Farmácia**

O Prefeito do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo, e usando das atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena aprovou e ele sanciona e promulga a presente

LEI:

Art. 1º Fica proibida a inauguração de obras e equipamentos públicos inacabados ou que não atenda aos fins a que se destinam, aplicável também às obras conveniadas com os Governos Estadual e Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena (RO), 21 de fevereiro de 2014.

JOSÉ LUIZ ROVER
Prefeito Municipal

EM BRANCO



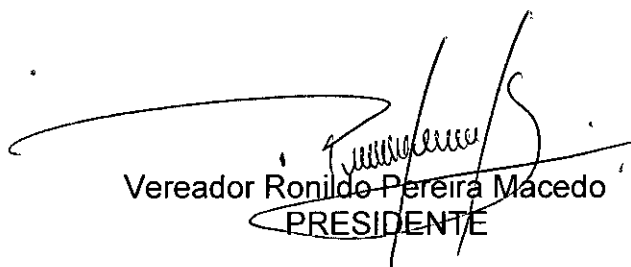
PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019

Despacho 01

Às Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente e Terras.

De acordo com os artigos 49 e 50 do Regimento Interno desta Casa de Leis (Resolução nº 015/12) encaminho a Vossas Excelências o **Projeto de Lei nº 5.591/2019**, para que dentro do prazo legal seja fornecido o respectivo parecer.

Gabinete da Presidência, 3 de abril de 2019.


Vereador Ronildo Pereira Macedo
PRESIDENTE

EM BRANCO



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019

Despacho 02

À Assessoria Jurídica

Solicito análise e parecer no Projeto de Lei nº 5.591/2019.

Em, 3 de abril de 2019.



Vereador Rafael Maziero
PRESIDENTE DA CCJR

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
ASSESSORIA JURÍDICA



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019
PROJETO DE LEI Nº 5.591/2019
AUTORIA: VEREADOR SUBTENENTE SUCHI

ASSUNTO: Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam e da outras providências.

DESPACHO Nº 003

(...) Vistos

Trata-se do Projeto de Lei nº 5.591/2019, de autoria do Vereador Sub Tenente Suchi, que visa proibir a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Pois bem, em cognição sumária ao analisar o sentido formal do projeto percebe-se que existem vícios quanto a sua constitucionalidade, uma vez que os artigos 3º e 4º pretendem disciplinar dispositivos pertencentes ao ordenamento jurídico de competência federal, e desta feita transformando o Projeto 5.591/19 que embora louvável em total desacordo com as previsões da Carta Maior, ou seja, inconstitucional.

Para evitar que o projeto seja arquivado, recomendo que retorne ao proponente para adequação necessária, sendo imprescindível a exclusão dos artigos 3º e 4º, devendo nos demais ser adequado a boa técnica legislativa nos parâmetros da lei municipal 3.391/11, para se dar o regular procedimento do feito.

Pelo exposto, deixo de emitir parecer jurídico. Devolvo o processo à Diretoria Legislativa. Após, caso reapresentado o Projeto com adequações indicadas, retornem a este setorial para emissão de parecer.

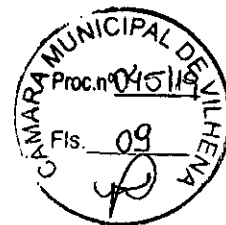
Vilhena/RO, 08 de Maio de 2019.


Adenilson Luiz Magalhães
ASSESSOR JURÍDICO DAS COMISSÕES

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
DIRETORIA LEGISLATIVA




MEMORANDO nº 041/2019/DL-CVMV

Vilhena (RO), 9 de maio de 2019.

De: Diretoria Legislativa

Para: Gabinete do Vereador Subtenente Suchi

Devolvo o **Projeto de Lei nº 5.591/2019**, para conhecimento e providências, conforme o **Despacho Jurídico nº 03/19**, da Assessoria Jurídica desta Casa, cópia anexa.

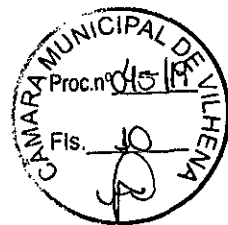

Vitoria Celuta Bayerl
DIRETORA LEGISLATIVA

Vilmo M. Demis
09/05/2019

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
GABINETE VEREADOR SUCHI



Memorando nº 64/2019-GAB. SUCHI

Vilhena (RO), 17 de maio de 2019.

A

Diretoria Legislativa

Câmara de Vereadores de Vilhena

Assessor Jurídico
P/ análise e parecer.
Em, 20/05/19.

Vitória Cetuta Bayerl
Diretora Legislativa
CVMV

Com meus cordiais cumprimentos e os bons préstimos,
devolvo o Projeto 5591 com as devidas correções.

Sub Tenente Suchi
Vereador do Município de Vilhena

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DATA 17/05/19
HORA 12:50 hs
Ana Paula

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

Vitória Celina Beyer
Diretora Legislativa
CMM

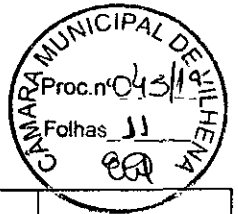
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	AMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA DATA <u>17/05/19</u> HORA <u>12:50hs</u> <i>Ana Paula</i>	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda
-----------	--	--

AUTORA: Sub Tenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5.591, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências.

LEI

Art. 1º Esta Lei proíbe a inauguração a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Paragrafo único, para fins desta Lei consideram-se:

I. Obras públicas: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a estes, e qualquer obra nova, de reforma de ampliação ou de aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente com o dinheiro publico;

II. Obras públicas incompletas: aquelas que não estejam aptas ao imediato funcionamento por não preencherem todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União, mesmo que por falta de emissões de autorizações, licenças ou alvarás;

III. obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que embora incompletas exista algum fator que impeça a sua entrega ou seu uso pela população, como falta de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, de materiais de expediente, de equipamentos afins, ou situações similares.

Art. 2º Aos agentes políticos ou servidores públicos fica proibido realizar qualquer ato para a inauguração e a entrega de obras publicas custeadas, ainda que em parte, com recursos públicos, que estejam incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

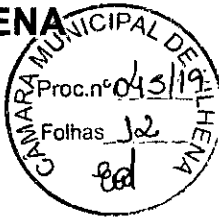
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



a que se destinam, seja por falta de quadro de servidores habilitados para atuarem na respectiva área de materiais de expediente e/ ou de equipamentos afins ou situações similares.

Art.3º esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Art.4º fica revogada a lei 3833/2014.

Câmara de Vereadores, em 15 de maio de 2019.

Vereador Sub Tenente Suchi

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

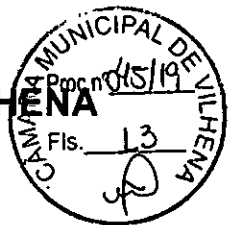
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei ora apresentado está alicerçado em dois princípios constitucionais primordiais para Administração pública: moralidade e impessoalidade. A proposição tem por finalidade evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visam a sua promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos. Infelizmente, conforme noticiado com frequência na mídia e apurado pelos Tribunais de Contas, em todo o país, há inúmeras obras que após as cerimônias festivas ou solenes para sua "inauguração", não atendem às condições mínimas de serem implantadas ou mesmo não cumprem com as finalidades par as quais foram realizadas.

Diante disso torna-se necessário o estabelecimento de regras que proíbam a inauguração de obras públicas que não estejam devidamente completas ou que atendam ao fim a que se destinam. Nesse sentido, essa Proposição coíbe o mau uso da verba pública, permitindo a inauguração somente de obras completas, que realmente possam ser imediatamente usufruídas pela sociedade.

Assim, para garantir o direito do cidadão e preservar o erário, o projeto cria responsabilidade para os agentes políticos no trato com o dinheiro público, bem como inclui novo tipo na Lei de Improbidade Administrativa, responsabilizando também os servidores públicos no caso de malversação de recursos para fins eleitorais.

O Projeto, portanto, inova a legislação pátria para garantir que as obras públicas sejam concluídas com qualidade, sem pressa para serem inauguradas em razão de calendário eleitoral ou de algum outro interesse além do público e assim atendam as necessidades reais da população.

Diante de todo o exposto, peço a todos meus colegas de parlamento que será de grande valia para o município de Vilhena.

Câmara de Vereadores, em 15 de maio de 2019.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
ASSESSORIA JURÍDICA



PARECER JURÍDICO - Nº 76/2019
PROCESSO LEGISLATIVO - Nº 045/2019
PROJETO DE LEI - Nº 5.591/2019

ASSUNTO: Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam e da outras providencias.

I - RELATÓRIO

O Vereador Subtenente Suchi apresentou o Projeto de Lei nº 5.591/2019 à Câmara Municipal, objetivando proibir a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, a proposição foi remetida a esta Assessoria, para parecer, em análise perfunctória foi observado alguns vícios de ordem formal às (fls. 08), supridos tais apontamentos retornam a proposição para emissão de parecer em contendo, o projeto original às (fls. 02/03), justificativa (fls. 04), lei em vigor sobre a matéria (fls. 05), despachos 01 e 02 (fls. 06 e 07), despacho deste setorial (fls. 08), memorando de devolução ao *edil* (fls. 09), memorando retornando (fls. 10), projeto alterado (fls. 11/12) e nova justificativa (fls. 13).

É o breve relatório. Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O projeto de lei *in casu*, é matéria regulamentada pela lei Municipal nº 3.833/14 que embora jamais cumprida esta em vigor. Por ser de autoria da Vereadora á época, Maria José da farmácia, tenho que não a vícios formais, pois aprovada pelos membros desta casa. No tocante a sua materialidade não vislumbro óbice para sua tramitação, isto porque, é idêntica a lei nº 3.833/14, tão somente especificando os termos: Obras Públicas, Obras Públicas Incompletas e Obras Públicas que não atendam ao fim a que se destinam, bem como, complementa a proibição a Agentes Públicos e Servidores Públicos de realizar qualquer ato neste sentido. Ademais, revoga a lei nº 3.833/14.

III – CONCLUSÃO

Verifica-se estar adequada a iniciativa para a deflagração deste processo legislativo, uma vez que o projeto de lei apresentado tem por objetivo somente proibir a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, pois, especifica cada um dos termos e aponta quem está proibido de fazê-lo.

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
ASSESSORIA JURÍDICA



Com base nos fundamentos expostos, **OPINO** pela **LEGALIDADE** e **CONTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 5.591/2019, de iniciativa do Vereador Subtenente Suchi, **RESSALTO** a necessidade de adequação nos aspectos de formação do referido projeto para compatibilidade a boa técnica legislativa, nos exatos termos regulados pela lei municipal 3.391/11.

O posicionamento deste parecer não substitui o parecer das Comissões Permanentes, e muito menos decisão do Egrégio Plenário, ao passo que esses são compostos por representantes do povo e constituem manifestação efetivamente legítima de Parlamento, ainda mais neste caso, que já existe lei regulamentando a matéria. Dessa forma, a opinião jurídica exarada não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser ou não utilizados pelos membros desta Casa.

Sobre o tema Leciona Hely Lopes Meirelles, que pontua:

"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação".

Nessa mesma posição perfilha a conceituada Maria Silvia Zanella Di Prieto sobre pareceres, ao asseverar:

"Quando a lei o exige como pressuposto para a prática de ato final. A obrigatoriedade diz respeito à solicitação do parecer (o que não lhe imprime caráter vinculante). Por exemplo, uma lei que exija parecer jurídico sobre todos os recursos encaminhados ao chefe do Executivo; embora haja obrigatoriedade de ser emitido o parecer sob pena de ilegalidade do ato final, ele não perde o seu caráter opinativo".

S.M.J é o parecer.

Vilhena/RO, 19 de Julho de 2019.


Adenilson Luiz Magalhães
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA

EM BRANCO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019



Despacho 03

À Analista – Elisangela Gonçalves de Lima

Para análise do Projeto de Lei nº 5.591/2019, fls. 11 e 12, de acordo com a Lei nº 3.391/2011.

Em, 19 de julho de 2019.

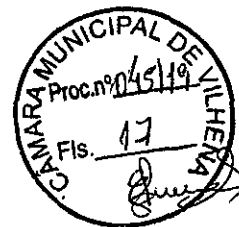


Vitoria Celuta Bayer
DIRETORA LEGISLATIVA



EM BRANCO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019



Despacho nº 004

À Diretora Legislativa – Vitória Celuta Bayerl

Encaminho o Projeto de Lei nº 5.591/2019, fls 11 e 12, tendo em vista a necessidade de algumas correções.

Sugiro devolução do Projeto de Lei nº 5.591/2019, fls 11 e 12, à parte autora, para alterações.

Em, 25 de julho de 2019.


Elisângela Gonçalves de Lima
ANALISTA LEGISLATIVA

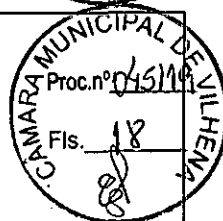
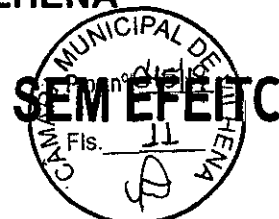
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	CAMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA DATA <u>17/05/19</u> HORA <u>12:50h</u> <i>Ana Paula</i>	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	

AUTORA: Sub Tenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5.591, DE 20 DE MARÇO DE 2019

*colocar
em
maiusculas*

Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências.

LEI:

Art. 1º ~~Esta Lei~~ *proíbe* a inauguração a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Paragrafo único para fins desta Lei consideram-se:

com letra maiuscula
substitua a virgula por ponto e inicie o texto

retirar
I - Obras públicas: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a estes, e qualquer obra nova, de reforma, de ampliação ou de aparelhamento, desde que executada ou adquirida total ou parcialmente com o dinheiro publico;

retirar
II - Obras públicas incompletas: aquelas que não estejam aptas ao imediato funcionamento por não preencherem todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União, mesmo que por falta de emissões de autorizações, licenças ou alvarás;

retirar
III - obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que, embora incompletas, exista algum fator que impeça a sua entrega ou seu uso pela população, como falta de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, de materiais de expediente, de equipamentos afins, ou situações similares.

retirar
Art. 2º Aos agentes políticos ou servidores públicos fica proibido realizar qualquer ato a inauguração e a entrega de obras públicas custeadas, ainda que em parte, com recursos públicos, que estejam incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

SEM EFEITO



EM BRANCO

[Handwritten signature or mark]



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



a que se destinam, seja por falta de quadro de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, de materiais de expediente e/ ou de equipamentos afins ou situações similares.

por falta
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º fica revogada a lei 3833/2014.

Câmara de Vereadores, em 15 de maio de 2019.

Vereador Sub Tenente Suchi

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

1373 MB2

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
DIRETORIA LEGISLATIVA



Memorando nº 082/2019/DL-CVMV
26 de julho de 2019.

De: Diretoria Legislativa

Para: Gabinete do Vereador Subtenente Suchi

Devolvo o Projeto de Lei nº 5.591/2019 para adequações e correções,
conforme as observações anexas.



Vitoria Celuta Bayerl
DIRETORA LEGISLATIVA

Paci
28/06/19
WAGNER BORGES
Chefe de Gabinete
Portaria N° 050/2019
CVMV

EM BRANCO

EM BRANCO

WAGNER BORGES
Chefe de Gabinete
Portaria n.º 080/2018
CIVIL



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
GABINETE VEREADOR SUCHI



Memorando nº 92/2019-GAB. SUCHI

Vilhena (RO), 13 de agosto de 2019.

A

Diretoria Legislativa

Câmara de Vereadores de Vilhena

Com meus cordiais cumprimentos e os bons préstimos,
devolvo o Projeto De Lei nº 5.591/2019 com as devidas correções.

Subtenente Suchi
Vereador do Município de Vilhena

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA
Data 14 / 08 / 19
Hora 8h20


Eliane A. Souza
Assessora de Apoio Legislativo
Diretoria Legislativa
CVMV-RO

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA Data <u>14/08/19</u> Hora <u>8h20</u> Eliane A. Souza Assessora de Apoio Legislativo Diretoria Legislativa CVMV-RO</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	
-----------	---	---	--

AUTOR: Subtenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5591, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

PROÍBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE EMBORA CONCLUÍDAS, NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI

Art. 1º Esta Lei proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Paragrafo único. Para fins desta Lei consideram-se:

I- Obras públicas: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a esses e qualquer obra nova de reforma, ampliação ou aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente, com o dinheiro publico;

II- Obras públicas incompletas: aquelas que não estejam aptas ao imediato funcionamento por não preencherem todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União, mesmo que por falta de emissões de autorizações, licenças ou alvarás;

III- obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que, embora completas exista algum fator que impeça a sua entrega ou seu uso pela população, como falta de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, falta de materiais de expediente, de equipamentos afins, ou situações similares.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Art. 2º Aos agentes políticos ou servidores públicos fica proibido realizar qualquer inauguração e a entrega de obras públicas custeadas, ainda que em parte, com recursos públicos, que estejam incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, seja por falta de quadro de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, seja por falta de materiais de expediente ou de equipamentos afins ou situações similares.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º Fica revogada a Lei 3833 de 21 de fevereiro de 2014.

Câmara de Vereadores, em 12 de agosto de 2019.

Vereador Subtenente Suchi

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei ora apresentado está alicerçado em dois princípios constitucionais primordiais para Administração pública: moralidade e impessoalidade. A proposição tem por finalidade evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visam a sua promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos. Infelizmente, conforme noticiado com frequência na mídia e apurado pelos Tribunais de Contas, em todo o país, há inúmeras obras que após as cerimônias festivas ou solenes para sua "inauguração", não atendem às condições mínimas de serem implantadas ou mesmo não cumprem com as finalidades par as quais foram realizadas.

Diante disso torna-se necessário o estabelecimento de regras que proíbam a inauguração de obras públicas que não estejam devidamente completas ou que atendam ao fim a que se destinam. Nesse sentido, essa Proposição coíbe o mau uso da verba pública, permitindo a inauguração somente de obras completas, que realmente possam ser imediatamente usufruídas pela sociedade.

Assim, para garantir o direito do cidadão e preservar o erário, o projeto cria responsabilidade para os agentes políticos no trato com o dinheiro público, bem como inclui novo tipo na Lei de Improbidade Administrativa, responsabilizando também os servidores públicos no caso de malversação de recursos para fins eleitorais.

O Projeto, portanto, inova a legislação pátria para garantir que as obras públicas sejam concluídas com qualidade, sem pressa para serem inauguradas em razão de calendário eleitoral ou de algum outro interesse além do público e assim atendam as necessidades reais da população.

Diante de todo o exposto, peço a todos meus colegas de parlamento que será de grande valia para o município de Vilhena.

Câmara de Vereadores, em 12 de agosto de 2019.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



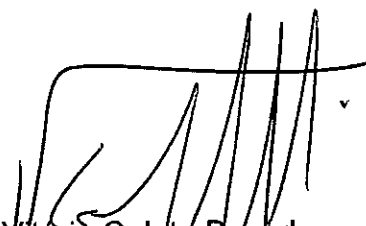
PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019

Despacho 005

À Analista – Elisangela Gonçalves de Lima

Para análise do **Projeto de Lei nº 5.591/2019**, fls. 22/23, de acordo com a Lei nº 3.391/2011.

Em, 19 de agosto de 2019.



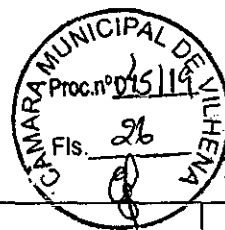
Vitoria Celuta Bayerl
DIRETORA LEGISLATIVA

EM BRANCO

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA Data <u>14/08/19</u> Hora <u>8h20</u> <i>Eliane A. Souza</i> Assessora de Apoio Legislativo Diretoria Legislativa CVMV-RO	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	
-----------	--	--	--

AUTOR: Subtenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5591, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

PROÍBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE, EMBORA CONCLUÍDAS, NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- F. S. por S. S.
Art. 1º ~~Esta Lei~~ *proíbe* a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

espaço
Parágrafo único. Para fins desta Lei consideram-se:

- espaço*
I. Obras públicas: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a esses e qualquer obra nova de reforma, ampliação ou aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente, com dinheiro público;
- espaço*
II. Obras públicas incompletas: aquelas que não estejam aptas ao imediato funcionamento por não preencherem todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União, mesmo que por falta de emissões de autorizações, licenças ou alvarás; e
- espaço*
III. Obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que, embora completas, exista algum fator que impeça a sua entrega ou seu uso pela população, como falta de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, falta de materiais de expediente, de equipamentos afins, ou situações similares.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*



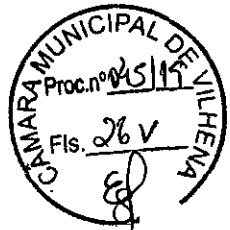
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Os
Art. 2º Aos agentes ~~políticos ou servidores~~ públicos fica ^Mproibido ^{de} realizar qualquer inauguração e a entrega de obras públicas custeadas, ainda que em parte, com recursos públicos, que estejam incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam, seja por falta de quadro de servidores habilitados para atuarem na respectiva área, seja por falta de materiais de expediente ou de equipamentos afins ou situações similares.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. *ponto*

Art. 4º Fica revogada a Lei 3833, de 21 de fevereiro de 2014.



Peralib 17.77

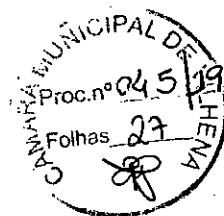
Câmara de Vereadores, em 12 de agosto de 2019.

Vereador Subtenente Suchi

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
DIRETORIA LEGISLATIVA



Memorando nº 094/2019/DL-CVMV
27 de agosto de 2019.

De: Diretoria Legislativa

Para: Gabinete do Vereador Subtenente Suchi

Devolvo novamente o Projeto de Lei nº 5.591/2019 para adequações e correções, conforme as observações anexas.

Quanto às penalidades no caso de infração à Lei, não será necessária a previsão legal?

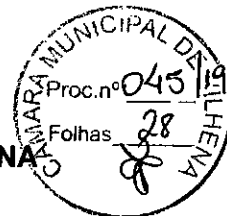

Vitória Celuta Bayerl
DIRETORA LEGISLATIVA

*Recebido
28/08/2019
Gabinete Suchi
Vilmar M. Damiao*

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
GABINETE VEREADOR SUCHI



Memorando nº 119/2019-GAB. SUCHI

Vilhena (RO), 04 de outubro de 2019.

A

Diretoria Legislativa

Câmara de Vereadores de Vilhena

Com meus cordiais cumprimentos e os bons préstimos,
devolvo o **Projeto de Lei nº5.591/2019** com as devidas correções.

Subtenente Suchi
Vereador do Município de Vilhena

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

DATA: 09 / 10 / 19
HORA: 13:20

Alcy P. Brito
Assessora de Apoio Legislativo
Diretoria Legislativa

CIVILIZO

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>DATA: 09 / 10 / 19 HORA: 13:20</p> <p>Ailcy P. Brito Assessora de Apoio Legislativo Diretoria Legislativa CVM/VRD</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto de Resolução</p> <p><input type="checkbox"/> Requerimento</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação</p> <p><input type="checkbox"/> Moção</p> <p><input type="checkbox"/> Emenda</p>	
-----------	--	---	--

AUTOR: Subtenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5.593, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

PROÍBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE, EMBORA CONCLUÍDAS, NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica proibida a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Paragrafo único. Para fins desta Lei considera-se:

I - Obra pública: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a esses e qualquer obra nova de reforma, ampliação ou aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente, com dinheiro público;

II - Obra pública incompleta: aquela que não esteja apta ao imediato funcionamento por não preencher todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União,

III - Obra pública que não atenda ao fim a que se destina: obra que, embora concluída, exista algum fator que impeça a sua entrega ou o seu uso pela população, seja por falta de materiais de expediente ou equipamentos bem como de servidores habilitados para atuarem na respectiva área.

Art. 2º O descumprimento das disposições pelo agente público é político constitui crime de responsabilidade, nos termos do art.85, inciso V, da Lei 1.079 de 10 de abril de 1950 e também no art.11, da Lei nº8.429, de 02 de junho de 1992.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

ord. 11 gila
ord. 11 gila
ord. 11 gila
ord. 11 gila

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Fica revogada a Lei 3.833, de 21 de fevereiro de 2014.

Câmara de Vereadores, em 04 de outubro de 2019.

Vereador Subtenente Suchi

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei ora apresentado está alicerçado em dois princípios constitucionais primordiais para Administração pública: moralidade e impessoalidade. A proposição tem por finalidade evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visam a sua promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos. Infelizmente, conforme noticiado com frequência na mídia e apurado pelos Tribunais de Contas, em todo o país, há inúmeras obras que após as cerimônias festivas ou solenes para sua "inauguração", não atendem às condições mínimas de serem implantadas ou mesmo não cumprem com as finalidades par as quais foram realizadas.

Diante disso torna-se necessário o estabelecimento de regras que proíbam a inauguração de obras públicas que não estejam devidamente completas ou que atendam ao fim a que se destinam. Nesse sentido, essa Proposição coíbe o mau uso da verba pública, permitindo a inauguração somente de obras completas, que realmente possam ser imediatamente usufruídas pela sociedade.

Assim, para garantir o direito do cidadão e preservar o erário, o projeto cria responsabilidade para os agentes políticos no trato com o dinheiro público, bem como inclui novo tipo na Lei de Improbidade Administrativa, responsabilizando também os servidores públicos no caso de malversação de recursos para fins eleitorais.

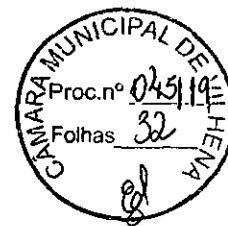
O Projeto, portanto, inova a legislação pátria para garantir que as obras públicas sejam concluídas com qualidade, sem pressa para serem inauguradas em razão de calendário eleitoral ou de algum outro interesse além do público e assim atendam as necessidades reais da população.

Diante de todo o exposto, peço a todos meus colegas de parlamento que será de grande valia para o município de Vilhena.

Câmara de Vereadores, em 04 de outubro de 2019.

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019

Despacho 05

À Analista – Elisangela Gonçalves de Lima

Para análise do **Projeto de Lei nº 5.591/2019**, fls. 29 e 30, de acordo com a Lei nº 3.391/2011.

Em, 10 de outubro de 2019.



Vitória Celuta Bayer
DIRETORA LEGISLATIVA

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>DATA: <u>09/10/19</u> HORA: <u>13:20</u></p> <p>Alcy F. Brito Assessora de Apoio Legislativo Diretoria Legislativa CVM/PRO</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto de Resolução</p> <p><input type="checkbox"/> Requerimento</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação</p> <p><input type="checkbox"/> Moção</p> <p><input type="checkbox"/> Emenda</p>	
-----------	---	---	--

AUTOR: Subtenente Suchi

PROJETO DE LEI Nº 5.593, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

PROÍBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS INCOMPLETAS OU QUE, EMBORA CONCLUÍDAS, NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica proibida a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Paragrafo único. Para fins desta Lei considera-se:

I - Obra pública: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a esses e qualquer obra nova de reforma, ampliação ou aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente, com dinheiro público;

II - Obra pública incompleta: aquela que não esteja apta ao imediato funcionamento por não preencher todas as exigências legais do Município, do Estado ou da União,

III - Obra pública que não atenda ao fim a que se destina: obra que, embora concluída, exista algum fator que impeça a sua entrega ou o seu uso pela população, seja por falta de materiais de expediente ou equipamentos bem como de servidores habilitados para atuarem na respectiva área.

Art. 2º O descumprimento das disposições pelo agente público e político constitui crime de responsabilidade, nos termos do art 85, inciso V, da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, e também no art 11, da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

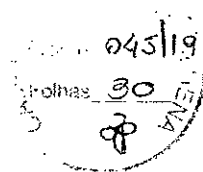
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Fica revogada a Lei 3.833, de 21 de fevereiro de 2014.



Câmara de Vereadores, em 04 de outubro de 2019.

Vereador Subtenente Suchi

EM BRANCO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019



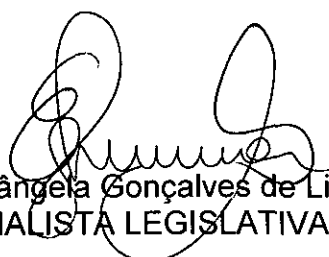
Despacho nº 006

À Diretora Legislativa – Vitória Celuta Bayerl

Encaminho o **Projeto de Lei nº 5.591/2019**, fls. 29/30, tendo em vista a necessidade de algumas correções, conforme fls. 33/34.

Sugiro devolução do Projeto à parte autora, para alterações.

Em 23 de outubro de 2019.



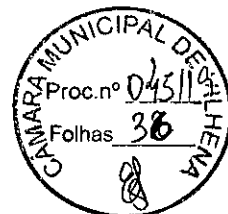
Elisângela Gonçalves de Lima
ANALISTA LEGISLATIVA

EM BRANCO



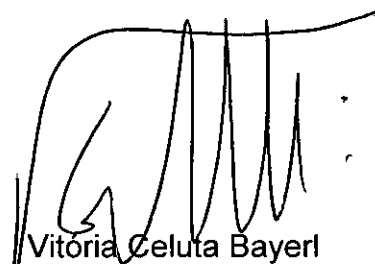
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
DIRETORIA LEGISLATIVA

MEMORANDO nº 118/2019/DL-CVMV
23 de outubro de 2019.



De: Diretoria Legislativa
Para: Gabinete do Vereador Subtenente Suchi

Devolvo o **Projeto de Lei nº 5.591/2019** para as correções necessárias. Informo que o artigo 85 não é pertinente à Lei nº 1.079/50, citada no artigo 2º do Projeto em questão.


Vitória Celuta Bayerl
DIRETORA LEGISLATIVA

*Recebido
25/10/19
Wagner Bayerl*

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
GABINETE VEREADOR SUCHI



Memorando nº 130/2019-GAB. SUCHI

Vilhena (RO), 18 de novembro de 2019.

A

Diretoria Legislativa

Câmara de Vereadores de Vilhena

*A Assessora Fundaz
P/ responsabilidade, há uma alteração
do Projeto de Lei, fls. 38 e 39.*

Em 18/11/19

Vitória Celuta Bayerl
Diretora Legislativa
CVMV

Com meus cordiais cumprimentos e os bons préstimos,
devolvo o **Projeto de Lei nº 5.591/2019** com as devidas correções.

Subtenente Suchi

Vereador do Município de Vilhena

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

DATA 18/11/2019

HORA 10:20 *Guanda*

VEREADOR: *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO

CMV
Diretoria Reguladora
Atividades de Seguro

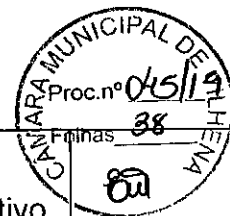
Atividade de Seguro
Atividade de Seguro
Atividade de Seguro
Atividade de Seguro



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



Protocolo	CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA Data <u>18 / 11 / 2019</u> Hora <u>10h20ms</u> <i>Eliane</i>	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda
-----------	--	--

AUTOR: VEREADOR SUBTENENTE SUCHI

PROJETO DE LEI Nº 5.591, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3.833, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 3.833, de 21 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a proibição de inauguração de obras e equipamentos públicos inacabados ou que não atendam ao fim a que se destinam, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º Fica proibida a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

§ 1º Para fins desta Lei considera-se:

I – obra pública: hospitais, escolas, centros de educação infantil, praças, parques, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, bibliotecas, estabelecimentos similares a esses e qualquer obra nova de reforma, ampliação ou aparelhamento, desde que executada ou adquirida, total ou parcialmente, com dinheiro público;

II – obra pública incompleta: aquela que não esteja apta ao imediato funcionamento por não preencher todas as exigências legais; e

III – obra pública que não atenda ao fim a que se destina: obra que, embora concluída, existe algum fator que impeça a sua entrega ou o seu uso pela população, seja por falta de materiais de expediente ou equipamentos, bem como de servidores habilitados.

VEREADOR: Quanto mais unidos, mais fortes seremos.

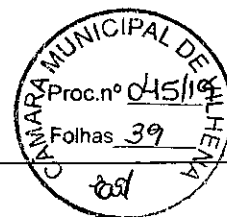
EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



§ 2º O descumprimento desta Lei constitui crime de responsabilidade.

(...)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, 18 de novembro de 2019.

Vereador Subtenente Suchi

VEREADOR: Quanto mais unidos, mais fortes seremos.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei ora apresentado está alicerçado em dois princípios constitucionais primordiais para Administração pública: moralidade e impessoalidade. A proposição tem por finalidade evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visam a sua promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos. Infelizmente, conforme noticiado com frequência na mídia e apurado pelos Tribunais de Contas, em todo o país, há inúmeras obras que após as cerimônias festivas ou solenes para sua "inauguração", não atendem às condições mínimas de serem implantadas ou mesmo não cumprem com as finalidades par as quais foram realizadas.

Diante disso torna-se necessário o estabelecimento de regras que proíbam a inauguração de obras públicas que não estejam devidamente completas ou que atendam ao fim a que se destinam. Nesse sentido, essa Proposição coíbe o mau uso da verba pública, permitindo a inauguração somente de obras completas, que realmente possam ser imediatamente usufruídas pela sociedade.

Assim, para garantir o direito do cidadão e preservar o erário, o projeto cria responsabilidade para os agentes políticos no trato com o dinheiro público, bem como inclui novo tipo na Lei de Improbidade Administrativa, responsabilizando também os servidores públicos no caso de malversação de recursos para fins eleitorais.

O Projeto, portanto, inova a legislação pátria para garantir que as obras públicas sejam concluídas com qualidade, sem pressa para serem inauguradas em razão de calendário eleitoral ou de algum outro interesse além do público e assim atendam as necessidades reais da população.

Diante de todo o exposto, peço a todos meus colegas de parlamento que será de grande valia para o município de Vilhena.

Câmara de Vereadores, em 18 de novembro de 2019.

VEREADOR *Quanto mais unidos, mais fortes seremos.*

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
ASSESSORIA JURÍDICA



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019
PROJETO DE LEI Nº 5.591/2019
AUTORIA: VEREADOR SUBTENENTE SUCHI

ASSUNTO: Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam e da outras providências.

DESPACHO

(...) Vistos

Trata-se do Projeto de Lei nº 5.591/2019, de autoria do Vereador Sub Tenente Suchi, que visa proibir a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, concluídas, não atendam ao fim a que se destinam.

Conforme parecer fls. (14/15), opinei pelo seguimento do processo apenas com ressalva de adequação os termos da lei 3.391/11. Após várias idas e vindas do presente projeto entre a Diretoria Legislativa e o Gabinete do autor, retornam os autos a este setor com correções pertinentes fls. (38/39), ao que me parece, em conformidade.

Pelo exposto, devolvo o processo à Diretoria Legislativa para prosseguimento.

Vilhena/RO, 28 de Novembro de 2019.

Adenilson Luiz Magalhães
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA

*As Comissão Permanente
P/ análise e parecer.*

Em, 02/12/2019.

Vitória Celuta Bayerl
Diretora Legislativa
CVMV



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN



COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO
AMBIENTE, TRANSPORTE, TRÂNSITO, TERRAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ARTIGOS 45, 47, 48 E 50 DO REGIMENTO INTERNO

PARECER Nº 51 /2020

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019

PROJETO DE LEI Nº 5.591/2019

De autoria do Vereador Subtenente Suchi, a Proposição altera o artigo 1º da Lei nº 3.833, de 21 de fevereiro de 2014, que trata SOBRE A PROIBIÇÃO DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS INACABADOS OU QUE NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM, de autoria da ex-Vereadora Maria José da Farmácia, atual Vice-Prefeita de nosso Município.

Pretende-se acrescentar os conceitos de obra pública, obra pública incompleta e obra pública que não atenda ao fim a que se destina, bem como a previsão de que o descumprimento constitui crime de responsabilidade.

Na Justificativa, foi destacada a necessidade da aprovação da Lei para prevenir uso de recursos públicos para fins eleitorais, que configura descumprimento dos Princípios Constitucionais da Moralidade e Impessoalidade.

Desse modo, após análise, a **COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** decidiu emitir **Parecer Favorável** à Proposição, pois se justifica do ponto de vista da relevância social e administrativa.


Sala das Comissões, 24 de março de 2020.


Verª Vera da Farmácia
Relator/COSPAMATIC

TOMADA DE VOTO
C.O.S.P.A.M.A.T.I.C.

Ver. Subtenente Suchi
PRESIDENTE


Verª Leninha do Povo
SECRETÁRIA

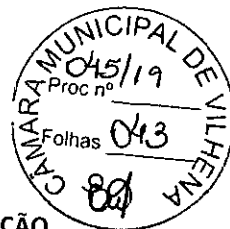

Verª Vera da Farmácia
MEMBRO

EM BRANCO

EM BRANCO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
ARTIGOS 43 E 49 DO REGIMENTO INTERNO



PARECER Nº 25 /2020

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 045/2019

PROJETO DE LEI Nº 5.591/2019

A Propositura recebeu **Parecer Favorável** da Comissão Temática de Obras e Serviços Públicos.

A Lei Orgânica Municipal no artigo 40, inciso I, prevê que cabe à Câmara de Vereadores dispor sobre matérias de interesse local, inclusive suplementando a legislação estadual e federal.

Dessarte, por revestir-se de legalidade e constitucionalidade e apresentar boa técnica legislativa, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** emite **Parecer Favorável** ao Projeto.

Sala das Comissões, 24 de março de 2020.

Ver. Adilson
Relator/CCJR

TOMADA DE VOTO
C.C.J.R.

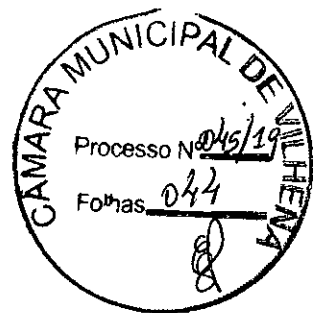
Ver. Adilson
PRESIDENTE

Ver. Rafael Maziero
SECRETÁRIO

Ver. França-Silva da Rádio
MEMBRO

EM BRANCO

EM BRANCO



Câmara de Vereadores do Município de Vilhena-RO
DIRETORIA LEGISLATIVA

Estes autos de processo contêm quarenta e quatro folhas numeradas.

Arquive-se, em 07 / 04 /2020.



Vitória Celuta Bayerl
DIRETORA LEGISLATIVA

EM BRANCO

EM BRANCO